

A Matéria de Bretanha em Portugal. O(s) texto(s) e a(s) leituras da História Literária

Amélia Maria Correia
Universidade de Coimbra
ameliacorreia@gmail.com

Data de receção do artigo: 12-06 -2012

Data de aceitação do artigo: 25-09-2012

Resumo

O presente estudo incide num conjunto de textos e tradições centrados na figura do rei Artur e nas aventuras dos Cavaleiros da Távola Redonda a que se atribui a designação de *Matéria de Bretanha*. Privilegia o(s) texto(s) e a(s) leitura(s) da História Literária em Portugal. Termina com o sublinhar de uma vertente estética no livro *A Demanda do Santo Graal*, convidando a um olhar mais atento sobre uma arte de narrar que se perpetua em textos vindouros...

Palavras-chave: Bretanha – Novelística – Cavalaria – História Literária – Santo Graal.

Abstract

The present study refers to a group of texts and traditions centered on the figure of King Arthur and the adventures of The Knights of The Round Table, which is nominated by *Arthurian Literature*. Privileging the texts and readings of Literary History in Portugal, the study ends with an emphasis on the aesthetic side of the book *The Quest for the Holy Grail*, inviting a closer look at an art of storytelling that eternizes itself in future texts...

Keywords: – Britain – Novelistic – Cavalry – Literary History – Holy Grail.

1. Introdução

O presente estudo tem por objeto um conjunto de textos e tradições, centrados em torno da figura do rei Artur, comumente

designados por *Matéria de Bretanha*. As aventuras (e desventuras) dos Cavaleiros da Távola Redonda no Reino de Logres em busca do Santo Graal, os amores de Lancelot e da Rainha Genevra nos Paços de Camalot, as figuras misteriosas mas sedutoramente envolventes do sábio Merlim ou de Morgana, a Fada – episódios e personagens de um espaço e de um tempo perdidos na bruma dessa Época Medieval em que se fundem lenda e realidade – ainda hoje integram um imaginário coletivo e encontram significativa expressão numa tradição literária ocidental. Interessa-nos por ora um estudo particular da Matéria de Bretanha em Portugal privilegiando o(s) texto(s) e a(s) leitura(s) da História Literária.

Num primeiro momento, deter-nos-emos no conhecimento e/ou na divulgação dos textos arturianos na Península Hispânica e na constituição de uma novelística portuguesa do ciclo bretão – integrando os romances *Livro de José de Arimateia*, *História de Merlim* e *A Demanda do Santo Graal* – a partir da tradução dos textos franceses da Post-Vulgata.

Num segundo momento, referiremos o tratamento da Matéria de Bretanha pela História Literária de finais do século XIX até às últimas décadas do século XX. Tomando por referência os estudos de Teófilo Braga, Mendes dos Remédios, Rodrigues Lapa, Costa Pimpão, António José Saraiva, em parceria com Óscar Lopes, e Aida Fernandes Dias, intentaremos resposta(s) a questões diversas, designadamente: *Como foi e é atualmente perspetivada a Matéria de Bretanha pela História Literária em Portugal? Que lugar lhe é concedido – de relevo ou subalternização, de destaque ou de lateralidade? Que aspetos privilegia – de conteúdo, retórico-formais, ideológico-simbólicos ou outros? Que aspetos negligencia ou relega para um segundo plano?*

Num terceiro e último momento, partindo da leitura do livro *A Demanda do Santo Graal*, relevaremos aspetos que não só se prendem com a literariedade do texto e com uma técnica narrativa ou estratégia discursiva visível de capítulo para capítulo, mas também com um sistema axiológico ou ética de honra que a personagem do cavaleiro nele faz sobressair, permitindo-nos aferir a sua inserção numa linha de valorização ideológica da Ordem da Cavalaria.

2. As novelas de cavalaria na Península Hispânica. A novelística portuguesa do Ciclo Bretão

Em Portugal, é relativamente consensual situar o primeiro contacto com as novelas de cavalaria no século XIII, ano de 1245, aquando do regresso de França de Afonso III e do seu séquito. Com efeito, há documentos vários que atestam a larga divulgação das novelas de cavalaria entre nós após esta data¹. Surgem na Península como um género importado de França – uma tradução do ciclo arturiano francês² da Post-Vulgata³. Ivo de Castro, por exemplo, julga perfeitamente estabelecido que a tradução portuguesa do ciclo da Post-Vulgata tenha sido feita no século XIII por João Vivas, freire da Ordem de Santiago, residente em Lisboa e frequentador da corte de D. Sancho II.

Do ciclo arturiano francês da Post-Vulgata foram traduzidos os textos: *Livro de José de Arimateia*, *História de Merlim* e *A Demanda do Santo Graal*. O único testemunho do *Livro de José de Arimateia* encontra-se em códice no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. É uma cópia quinhentista, pertencente a Manuel Álvares (corredor da

¹ O Cancioneiro da Biblioteca Nacional abre com cinco *lais* bretões que aludem a personagens arturianas; D. Dinis e outros trovadores galego-portugueses do mesmo período referem situações e evocam figuras desta novelística; o *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro, Título II, apresenta como fontes utilizadas pelo seu autor a *Historia Regum Britaniae* de Godofredo Monmouth e um *Merlin*; o autor anónimo da *Crónica do Condestabre* conta-nos como D. Nuno Álvares Pereira procurava imitar Galaaz nos seus feitos e virtudes; no século XIV muitos portugueses receberam no seu batismo nomes de personagens arturianas; Fernão Lopes, nas suas *Crónica de D. Fernando* e *Crónica de D. João I*, alude, respetivamente, à atribuição pelo Infante D. João do nome *Bravor* (nome de um gigante no *Amadis de Gaula*) a um dos seus cães e à equiparação aos protagonistas da Távola Redonda pelos homens de armas de D. João I num diferendo havido com o monarca aquando do cerco de Cória.

² É comum a distinção de três ciclos romanescos franceses: o ciclo da Vulgata; o ciclo de Tristão; o ciclo da Post-Vulgata. Estes ciclos foram constituídos em França, por autores anónimos, na primeira metade do século XIII, a partir sobretudo de textos em verso de Chrétien de Troyes depois prosificados por Robert de Boron, com o objetivo de redação de uma história coerente do Graal desde as origens até ao termo da Demanda.

³ É o ciclo mais divulgado no Ocidente da Península Ibérica. Foi elaborado em França entre 1230 e 1240. Constitui uma condensação do ciclo da Vulgata – constituído pelos romances *Estoire du Graal*, *Estoire de Merlin*, *Lancelot propre*, *Queste del Saint Graal* e *Mort Artu* – que permite perspectivá-lo como um só livro construído em torno do rei Artur e dos seus cavaleiros com uma estrutura tripartida: *Estoire del Saint Graal*, *Suite Merlin* e *Queste del Saint Graal* (incluindo também elementos da *Mort Artu*).

corte de D. João III) de um manuscrito mais antigo (talvez do século XIV). Conheceu até hoje duas versões: uma diplomática, da responsabilidade de Hare Carter, datada de 1967; uma crítica, da autoria de Ivo de Castro, datada de 1984. O *Livro de José de Arimateia* inicia com a narração da morte de Cristo e do cativo de José de Arimateia. Este, no momento em que é libertado, decorridos quarenta anos, pelo Imperador Vespasiano, ouve uma voz que lhe ordena a pregação e a difusão do Cristianismo pelo mundo. Na sua peregrinação, José de Arimateia leva consigo o Santo Graal (espécie de escudela na qual Cristo tomara a última ceia e na qual havia sido vertido o seu sangue) e, acompanhado por outros fiéis, dirige-se a Sarras, reino então submetido pelos egípcios. Aqui, José de Arimateia consegue converter o rei Evalac (batizado com o nome de Galahad) e o seu cunhado (batizado com o nome de Nascien). Tendo atravessado o mar rumo a Inglaterra, José de Arimateia inicia a conversão dos seus habitantes que será liderada por seu filho Josefes (primeiro bispo da Igreja). Decorridos cerca de quinze anos, após o falecimento de ambos, Alain sucede-lhes na guarda do Graal e procura a Terre Foraine na qual é construído o castelo de Corberic. Aqui ficará depositado o Santo Graal. A história termina com capítulos centrados na referência à descendência de Nascien (até Lancelot). A *História de Merlim* (ou *Merlim*) é citada na biblioteca de D. Duarte no *Título dos Livros de linguagem do claro Rey D. Duarte*. Encontram-se em arquivo na Biblioteca da Catalunha (Ms. 2434) fragmentos desta obra que se perdeu na íntegra. *A Demanda do Santo Graal* encontra-se arquivada em manuscrito na Biblioteca Nacional de Viena (Ms 2594). É uma cópia quatrocentista efetuada em Portugal. A ação de *A Demanda do Santo Graal* tem início no ano de 453, no dia de Pentecostes, encontrando-se reunidos os cento e cinquenta cavaleiros da Távola Redonda. Depois da chegada de Galaaz a Camalot, inicia-se a busca do Santo Graal cujo significado surge sucessivamente explicado por ermitães e homens bons no decorrer da narrativa: uma procura das *puridades e das coisas escondidas de nosso Senhor*. A seleção dos cavaleiros nela participantes é esboçada logo no início quando a donzela *laída* profetiza a morte de quarenta e quatro cavaleiros por Galvão. Este e Mordered são os cavaleiros proscritos pelo orgulho, luxúria e derrogação do código cavaleiresco. Boorz, Persival e Galaaz formam a tríade dos cavaleiros eleitos. Apenas estes e mais nove cavaleiros até então omitidos assistem, em Corberic – onde são

conduzidos pela Barca de Salomão, símbolo da Santa Igreja –, à celebração eucarística e à revelação do mistério da transcendência. Lançarote, pelo adultério com a rainha Genevra, é admitido no Paço Episcopal onde se encontra o Graal, mas não lhe é permitida a contemplação direta dos mistérios. O romance termina com a saída do Graal de Inglaterra e com a destruição do reino de Artur (Logres), como consequência dos pecados dos homens.

3. O tratamento da Matéria de Bretanha pela história literária (de Teófilo Braga a Aida Dias)

3.1. História da Literatura Portuguesa *de Teófilo Braga*

Teófilo Braga distingue três Épocas Históricas da Literatura Portuguesa: *Idade Média*, *Renascimento* e *Romantismo*. No que respeita à Primeira Época, considera uma subdivisão em dois períodos distintos: um 1.º Período (englobando os séculos XII a XIV) referente ao *Predomínio do Lirismo Trovadoresco* e um 2.º Período (abrangendo somente o século XV) referente à *Influência do Lirismo castelhano e a erudição latina*. A Matéria de Bretanha surge na parte respeitante a este período num capítulo intitulado *As Novelas Portuguesas da Távola Redonda e do Santo Graal*.

Teófilo Braga começa por mencionar estas novelas como adaptações portuguesas surgidas em finais do século XIV a partir dos romances da Távola Redonda francesa. Destaca, em termos de conteúdo ou de tema motivador das suas peripécias, a diferença entre os primitivos Lais narrativos e o seu desenvolvimento posterior pelos trovadores normandos⁴. Detém-se no caso português, referindo particularmente o favorável acolhimento das Novelas de Cavalaria na Corte portuguesa de D. João I de quem diz que «deu todo o relevo à sua corte por exageração de fórmulas cavalleirescas» (Braga 1984:

⁴ Nos primeiros, prevalece o *Amor* como o sentimento impulsionador dos Cavaleiros nas suas aventuras (conforme o génio britânico); nos segundos, prevalece a *Cortesía*, que o autor define como sendo o «cerimonial ou culto externo da galanteria que o amor e o valor dos cavaleiros faziam brilhar». Esta evolução temática terá sido determinante para suscitar um forte sentimento de adesão nas Cortes europeias do século XV relativamente às Novelas de Cavalaria por lhes conferir «um novo alento, não de invenção, mas de estilo na sua prolixidade retórica» (Braga 1984: 376).

377)⁵. Apresentando um tratamento da Matéria de Bretanha com uma pormenorização que não encontraremos em Histórias da Literatura Portuguesa posteriores, consideramos que Teófilo Braga se centra em elementos exteriores aos próprios textos. Debruça-se, detendo-se em referências de cariz histórico e social, sobre os motivos de uma incontestável reação favorável aos textos mas não incide no valor (literário) intrínseco dos mesmos. Deixando transparecer a dependência da sua obra em relação aos pressupostos do Positivismo então vigente, Teófilo Braga demonstra uma erudição imensa sobre o contexto mas uma abordagem insuficiente dos textos em si. Os aspetos de conteúdo são os privilegiados por Teófilo Braga quando se reporta às narrativas que constituem as Novelas de Cavalaria portuguesas do século XV. Sublinha nestas o sincretismo dos temas da Távola Redonda com os temas do Santo Graal e refere a existência de uma adaptação em língua portuguesa do Ciclo (destes textos) prosificado e ampliado por Robert de Boron no começo do século XIII. Sobre esta adaptação ou ciclo português, considera uma divisão em três partes: a primeira parte intitulada *Livro de José de Arimateia*; a segunda parte contendo a *história de Merlim*; a terceira parte existente em manuscrito de finais do século XIV com o título *A historia dos Cavalleiros da Meza Redonda e da Demanda do Santo Graal*.

A respeito desta matéria pensamos ser de assinalar o rigor na fixação de datas e nomes documentando «que existiram em português todas as Novelas cortesanescas do Ciclo do Santo Graal» (Braga 1984: 383). Sobre o *Livro de José de Arimateia*, por exemplo, Teófilo Braga apresenta uma informação pormenorizada que não encontraremos em estudos posteriores, exemplificando afirmações feitas através da transcrição frequente de excertos dos documentos aos quais alude. Sobre a *História de Merlim* diz que Robert de Boron se inspirou para a sua elaboração na *Vita Merlini* de Geoffroy de Monmouth. Acrescenta que esta segunda parte do ciclo português da *Demanda* foi desenvolvida na literatura peninsular, encontrando-se hoje publicado o texto castelhano de 1498: *Baladero do Sábio Merlin* (que considera «uma amplificação do *Tristão* com o nome de *Bret* de Luce de Gast» (Braga 1984: 381). Sobre a terceira parte do ciclo, *A Demanda do*

⁵ Sublinha também a este propósito o facto de as Novelas de Cavalaria e as personagens que vivem as suas intrigas se apresentarem ao tempo (ou à aristocracia da época) como *exemplares*, modelizando normas de conduta social e padrões de ética.

Santo Graal, identifica o texto francês a partir do qual foi construído⁶, considerando que este «foi liberrimamente parafraseado em português» (Braga 1984: 382); refere a existência também da *Tercera parte de la Demanda del Santo Grial en romance* na Livraria de Isabel, a Católica, e de um manuscrito em francês intitulado *Sangreal* de 1461 na do Príncipe de Viana; informa que na folha 129 do texto português se faz referência ao texto latino romanceado por Roberto de Boron. A terminar o capítulo sobre *As Novelas portuguesas da Távola Redonda e do Santo Graal*, Teófilo Braga alude ainda à aproximação que é possível delinear entre o *Livro de José de Arimateia* e a *História de Vespasiano*⁷ devido ao tratamento no primeiro da lenda do Imperador romano, conforme o atesta a similaridade das súmulas dos capítulos de um e de outro texto; sublinha o entusiasmo causado pelas Novelas de Cavalaria nas cortes de Portugal e Castela durante o século XV através da referência ao *Amadis de Gaula*, às suas redações portuguesa e castelhana e à influência exercida por este texto em produções literárias posteriores.

3.2. História da Literatura Portuguesa de Mendes dos Remédios

Mendes dos Remédios distingue três grandes épocas que, em sua opinião, marcam três grandes correntes de ideias dominantes: a Época Medieval (séculos XII a XV), a Época Clássica (séculos XVI a XIX) e a Época Romântica (com início em 1825). A Época Medieval compreenderia duas escolas: a Escola dos Trovadores ou Provençal (1200-1385) e a Época dos Poetas Palacianos e Cronistas (1385-1521). É na primeira das duas escolas referidas que Mendes dos Remédios situa a Matéria de Bretanha: inicialmente, num pequeno texto introdutório, constituído por dois pequenos parágrafos, intitulado *Novelas de Cavalaria*; depois, num capítulo intitulado *Ciclo Bretão*. Nesta arrumação dos textos da Bretanha em termos de periodização literária, encontramos já uma diferença que nos parece importante relativamente a Teófilo Braga: Mendes dos Remédios faz recuar esta matéria até ao Período dos Trovadores (que situa entre 1200 e 1385).

⁶ *La tierce partie de Lancelot du Lac avec la Queste du Saint Graal et la dernière partie de la Table Ronde.*

⁷ Obra impressa em Lisboa por Valentim de Morávia no ano de 1496.

A Matéria de Bretanha no estudo de Mendes dos Remédios é uma matéria que se “esgota” em apenas três páginas. O historiador começa por defini-la como «o ciclo dos poemas que têm por assunto as façanhas épicas de Artus ou Artur, último rei dos Bretões» (Remédios 1921: 43) e refere, logo em seguida, muito sumariamente, a figura histórica do monarca e a lenda que em seu torno se construiu. Como Teófilo Braga, distingue duas lendas subjacentes às Novelas de Cavalaria do Ciclo Bretão: a lenda da *Távola Redonda* e a lenda do *Santo Graal*. Sobre a lenda do *Santo Graal*, Mendes dos Remédios de novo procede a uma indicação sumária do assunto e apresenta Chrétien de Troyes como o «mais fecundo dos poetas que em França exploraram durante o século XII a matéria de Bretanha». Considera, porém, que «o desenvolvimento completo da lenda e o seu sentido místico» (Remédios 1921: 44) só surgirão posteriormente com Robert de Boron (século XIV, portanto) pela redação da trilogia composta pelos textos *José de Arimateia*, *Merlim* e *Persival*. Identifica depois, com o rigor e a precisão de ordem factualista próprios de um estudo positivista, os documentos que restam da existência deste ciclo de narrativas do *Graal*.⁸ Já na parte final do “capítulo” que consagra ao Ciclo Bretão, Mendes dos Remédios enumera algumas diferenças que considera existentes entre este ciclo de romances e o Ciclo Carolíngio, ao qual se reportara no capítulo antecedente. Mas somente “afloira” questões ou aspetos que se prendem com a ideologia ou o sistema axiológico dos textos sem, contudo, os desenvolver. E, mesmo assim, os juízos que emite podem considerar-se de base impressionista: «Caracteriza-se o ciclo bretão pela doçura e graça das composições.», «O ciclo francês é mais violento, este mais delicado.» (Remédios 1921: 45). Refere, como Teófilo Braga, os Lais da Bretanha como tendo estado na origem dos textos do Ciclo Bretão.

⁸ Esses documentos são: 1. o *Livro de Joseph ab Arimatia*, mns. Cópia de um códice datado de 1307 a 1313, «visto em Lisboa e depois desaparecido»; 2. uma *História de Vespasiano* impressa em 1496, relativamente à qual Mendes dos Remédios acrescenta o pormenor de terem sido enviados cem exemplares do livro a Preste João das Índias por D. Manuel; 3. a *História do Santo Graal* que Mendes dos Remédios apresenta como incompleta e da qual se conserva o mns na Biblioteca de Viena de Áustria (considerando que este manuscrito poderá remontar à primeira metade do século XIV).

3.3. Lições de Literatura Portuguesa⁹ de Rodrigues Lapa

O primeiro volume das *Lições de Literatura Portuguesa*, correspondente à Época Medieval, apresenta uma divisão em onze capítulos. O capítulo respeitante à Matéria de Bretanha apresenta a seguinte (sub)divisão temática: *As origens do ciclo arturiano; As lendas na Península Hispânica; A «Demanda do Graal»; Prioridade do texto português; O romance e o seu simbolismo; Influência social e literária; O Amadís de Gaula*. O tratamento da Matéria de Bretanha num capítulo que lhe é inteiramente dedicado pode indiciar uma abordagem de maior profundidade (quando comparada, por exemplo, com o estudo de Mendes dos Remédios que não lhe atribui mais de três páginas...) e um reconhecimento de um maior significado deste conjunto de textos na História da Literatura Portuguesa.

Rodrigues Lapa começa por notar a «voga que tiveram na Europa as lendas bretãs» que considera «atestada por um sem-número de manuscritos, existentes nas principais bibliotecas da Europa, sobretudo na Biblioteca Nacional de Paris e no Museu Britânico de Londres» (Lapa 1934: 171). Logo em seguida, centra-se na questão das origens do ciclo arturiano (que apresenta como tendo sucedido à epopeia carolíngia). Refere (sumariamente) as teses de Gastão Paris¹⁰ e Wendelin Foerster¹¹ e defende, no seguimento do celticista Fernando Lot, a possibilidade de conciliação entre as duas teses. Quando se reporta às origens das lendas arturianas na Península Hispânica, tem a preocupação de fixar datas enquanto marcos temporais delimitadores do conhecimento desses textos entre nós¹². Mas este rigor factualista no discurso de Rodrigues Lapa alterna com momentos de expressão de juízos valorativos claramente pessoais e subjetivos. Refutando a opinião de estudiosos como Baist, Pietsch e Entwistle, defensores de uma redacção castelhana primitiva destes textos e de uma posterior

⁹ Foram consultadas as edições de 1934 (1.^a) e de 1977 (9.^a).

¹⁰ Gastão Paris, representante da tese que poderemos designar de *insular*, situa as origens da literatura arturiana no País de Gales.

¹¹ Wendelin Foerster, representante da tese que poderemos designar de *continental*, situa antes as origens da literatura arturiana na Bretanha Francesa.

¹² Por exemplo: 1. refere o ano de 1170 (data do casamento de Afonso VIII de Castela com Leonor Plantageneta, filha de Henrique II de Inglaterra) como referente a partir do qual teve início a divulgação dos textos arturianos entre nós; 2. precisa no ano de 1219 o aparecimento da primeira citação do ciclo de Artur na Península, nos *Anales Toledanos Primeros*.

versão para português, este estudioso tece afirmações algo inflamadas como: «Somos (...) os culpados destes erros e destas injustiças, devido ao nosso inqualificável desleixo.» (Lapa 1934: 174). A partir deste momento, Rodrigues Lapa (não obstante o seu estudo se situar já nos anos 30 do século XX) passa a uma explanação algo desenvolvida das afinidades entre os povos do Noroeste da Península e os povos bretões. Baseando-se em pressupostos de uma linha claramente positivista, explica o cultivo dos textos arturianos em Portugal por um «parentesco racial evidente» entre os dois povos. Recorrendo a um estudo do galego Plácido R. Castro, centrado num confronto entre a poesia galega e a poesia de irlandeses, galeses e escoceses, reafirma a sua opinião de existência de «um *espírito céltico* na nossa literatura» tendo como característica principal «o desejo do impossível, a ânsia do infinito, a saudade» (Lapa 1934: 175).

Centrando-se no romance português da *Demanda*, Rodrigues Lapa começa por privilegiar aspetos de conteúdo do texto, procedendo ao resumo dos principais aspetos da intriga e ao simbolismo das personagens¹³. Enveredando por questões que podemos considerar da hermenêutica dos textos (ainda que sucintamente), sugere uma possível interpretação do *Graal* e da *Demanda*. Atribui a Chrétien de Troyes a responsabilidade de um «enlace entre o elemento cavaleiresco bretão e o elemento propriamente litúrgico» na novela do *Graal*, considerando que na versão em prosa do Pseudo-Map e, de forma mais acentuada, no Pseudo-Boron «a obra agora se revela como um livro de propaganda da ascese cristã, uma reação contra o mundanismo excessivo e adúltero do amor cortês» (Lapa 1934: 187)¹⁴. A análise algo detalhada do perfil psicológico e comportamental das personagens é também privilegiada por Rodrigues Lapa (denotando claramente neste momento a feição de maior didatismo do seu Manual em relação às *Histórias da Literatura Portuguesa* a que nos referimos antes). Assim sucede com Boorz, Persival, Galaaz, Lançarote e Galvão¹⁵. Aflorando

¹³ Apresenta, por exemplo, a Besta Ladrador, «elemento simbólico desconhecido do *Pseudo-Map*», como uma «figuração do demónio» (Lapa 1934: 187).

¹⁴ Rodrigues Lapa entende, pois, subjacente na versão portuguesa da *Demanda* uma moral cristã vs uma ideologia cavaleiresca associada a uma ética do amor cortês.

¹⁵ O simbolismo inerente a cada personagem é apenas pontualmente referido: 1. de Boorz diz que «é o tipo de homem que pecou, mas se reabilita pela dureza voluntária do seu próprio esforço»; 2. de Persival afirma que «representa no romance a

aspectos que se situam no domínio da representação discursiva, Rodrigues Lapa faz notar em determinados excertos que transcreve (ou apenas refere) o *perfeito descritivo novelesco* que poderá igualmente remeter para questões relacionadas com uma classificação genológica dos textos.

3.4. História¹⁶ da Literatura Portuguesa de Costa Pimpão

O Índice das Matérias revela-nos uma obra estruturada em: a *Introdução* e *A Literatura*. Por sua vez, *A Literatura*¹⁷ apresenta a seguinte divisão: *A Poesia (séculos XII-XIV)*; *A Prosa (séculos XIV-XV)*; *A Poesia no Século XV*; *O Final do Século XV*. Este índice evidencia, pois, na *História da Literatura Portuguesa* de Costa Pimpão um agrupamento das matérias tendo por base critérios de classificação genológica dos textos (que não sobressaem tão visivelmente nas obras dos autores antes referidos). Em *A Prosa (séculos XIV-XV)* encontramos uma divisão em quatro capítulos: capítulo I, A Literatura de Ficção: O Problema do «Amadis»; capítulo II, A Literatura Apologética, Ascética e Moral: As Obras dos Príncipes de Avis; Obras Anónimas; capítulo III, Primórdios da Prosa Histórica e Narrativa; capítulo IV, Fernão Lopes. Esta divisão mostra que a Matéria de Bretanha não merece atenção particular por parte de Costa Pimpão. Apresenta como provável a existência entre nós, nos meados do século XIV, do *Livro de José de Arimateia*, da *História de Merlim* ou *Conto do Brado* e de *A Demanda do Graal*, segundo o texto do Pseudo-Boron. O Professor considera o «Amadis de Gaula» a «estrela da nossa prosa novelesca» (Pimpão 1947: 201) e enfaticamente afirma a superioridade do seu protagonista relativamente ao heroísmo das personagens da novelística bretã. A segunda referência à Matéria de Bretanha surge quando Costa Pimpão

simplicidade, a candura um pouco infantil, que nem sempre sabe guardar-se contra as tentações do demónio; mas põe, a-pesar-de tudo, o seu coração inabalavelmente em Deus»; de Galaaz refere a «castidade (...) absoluta» e «o seu braço» como «um símbolo da justiça divina»; 4. de Lançarote sublinha a representação da «doutrina do amor cortês» e apresenta-o como a personagem que vivência claramente no romance o conflito entre «o amor e o dever religioso»; de Galvão diz que «representa (...) no romance o espírito da cavalaria mundana, a antítese de Galaaz» (Lapa 1934: 189-196).

¹⁶ Foram consultadas as duas edições existentes – a de 1947 e a de 1959.

¹⁷ Somente a esta nos referimos com maior detalhe por nela se inserir a matéria de que nos ocupamos.

afirma a existência em Portugal «muito antes de finda a primeira metade do século XIV» do «ciclo do GRAAL inteiro, traduzido diretamente do original francês» (Pimpão 1947: 205). Logo de seguida, Costa Pimpão documenta o conhecimento da novelística bretã em Portugal¹⁸. A última referência à Matéria de Bretanha tem por objetivo reconhecer a dependência do *Amadís de Gaula* relativamente aos textos arturianos. Este reconhecimento não impede, porém, Costa Pimpão de reiterar a ideia que pretende enfatizar – a da originalidade do *Amadís*:

[...] já se notaram semelhanças com outros romances franceses, especialmente com passos de *Tristão e Lançarote*; e já se disse, há muito, que o quarto livro, e uma parte do terceiro, são calcados inteiramente sobre os últimos capítulos do *Lançarote*. Nada disto prejudica a originalidade da obra, especialmente a dos primeiros livros. (Pimpão, 1947: 209).

O uso da expressão *outros romances franceses* encerra, quanto a nós, a explicação para uma subalternização que notamos da Matéria de Bretanha na *História da Literatura Portuguesa* de Costa Pimpão: o *Livro de José de Arimateia*, o *Merlim* e *A Demanda do Santo Graal* são traduções e não textos originais portugueses e, por este motivo, não mereceram particular relevo ou destaque neste estudo.

¹⁸ Para tal refere: 1. a leitura das versões portuguesas do *José de Arimateia*, do *Merlim* e da *Demanda*; 2. a paráfrase dos *lais* «de um Tristão em prosa, recolhidos no Cancioneiro da Biblioteca Nacional» (Pimpão 1947: 206); 3. alguns trovadores (e Costa Pimpão nomeia Fernando Esquío, Estêvão da Guarda, o próprio D. Dinis e até Afonso X de Castela) que nas suas composições deram mostra de conhecimento das lendas britónicas; 4. «a intimidade do Conde D. Pedro com um texto da *Historia Regum Britonum* [...] aproveitado no Nobiliário, parece estabelecida». Este testemunho surge, no entanto, como um argumento em favor da tese que pretende enunciar e que constitui a questão central neste capítulo: a da prioridade de uma versão portuguesa do «*Amadís de Gaula*» relativamente a uma versão castelhana. As considerações finais do parágrafo não deixam dúvidas a este respeito: «Em tal ambiente, não é inverosímil que tenha podido surgir um espírito original, capaz de adaptar à nova época a velha teoria do amor cortês. Não se esqueça que esta alcançara a sua máxima expressão, na Península, em língua portuguesa, e que a maioria dos poetas palacianos era também portuguesa.» (Pimpão 1947: 206).

3.5. História da Literatura Portuguesa¹⁹ de António José Saraiva e Óscar Lopes

O estudo de António José Saraiva e Óscar Lopes apresenta, em termos de estrutura, uma *Introdução Geral* à qual se segue uma ordenação de matérias agrupadas por épocas distintas. A 1.^a Época – *Das Origens a Fernão Lopes* apresenta, em ambas as edições, uma divisão em quatro capítulos distintos: capítulo I – Introdução; capítulo II – A Poesia dos Cancioneiros Primitivos; capítulo III – Historiografia e Épica; capítulo IV – A Prosa de Ficção. O tratamento da Matéria de Bretanha tem lugar no capítulo IV. Este apresenta uma divisão em três momentos: um primeiro momento centrado na *Génese da ficção medieval em prosa*; um segundo momento centrado na *Matéria de Bretanha*; um terceiro momento referente ao «*Amadis de Gaula*» e o *problema da sua autoria*.

António José Saraiva e Óscar Lopes começam por considerar que «a narrativa medieval de carácter mais ou menos imaginário resulta da síntese entre a tradição literária latina que o clero pôde manter e a tradição ou inventiva oral jogralesca» (Saraiva e Lopes 1966: 87). Distinguem duas fases no desenvolvimento da matéria arturiana: uma primeira fase, centrada nas histórias de amor entre os pares Flores e Brancaflor, Lançarote e a rainha Genevra, Tristão e Isolda; uma segunda fase, talvez influenciada por movimentos de reacção monástica e cruzadista (como o de Cister) ou talvez por uma nova religiosidade de raízes urbanas (como a dos Franciscanos e Espirituais), na qual o «amor passa a contracenar [...] com o ideal de valentia e castidade» (Saraiva e Lopes 1966: 88). Na parte referente à Matéria de Bretanha são visíveis algumas diferenças relativamente a Histórias da Literatura anteriores pela referência sumária a aspetos desenvolvidamente tratados por outros e / ou por um privilegiar da focalização do estudo em aspetos referentes à hermenêutica dos textos²⁰. Consideram a possibilidade de integração no reportório dos

¹⁹ Foram consultadas a 5.^a edição (1966) e a 17.^a edição, corrigida e atualizada (1995).

²⁰ Assim, sobre *A matéria da Bretanha em Portugal* em António José Saraiva e Óscar Lopes, encontramos uma breve referência ao apreço pelos «relatos de aventuras de amor e cavalaria» (Saraiva e Lopes 1966: 88) no meio palaciano português, testemunhado pela referência frequente de D. Dinis e outros trovadores da sua corte a personagens arturianas e pela inclusão, na abertura do Cancioneiro da Biblioteca Nacional, de «cinco lais da fase cortês-sentimental» (Saraiva e Lopes 1966: 88).

jograis peninsulares de adaptações portuguesas e castelhanas dos textos da Bretanha. Afirmam a realização em Portugal, no último quartel do século XIII, de traduções em língua portuguesa de romances em prosa do ciclo de *A Demanda do Graal*. Fazem uma referência sumária à delimitação de três partes no ciclo português do *Graal* e à conservação em manuscrito das primeira e terceira partes. Sobre a segunda parte apenas escrevem: «sabemos ter existido na livraria de D. Duarte» (Saraiva e Lopes 1966: 89). Aludem também muito sumariamente (quando outros se alongaram sobre o assunto) à questão da tradução das três partes constituintes do ciclo português do *Graal*²¹, apresentando apenas um sumário dos acontecimentos de maior relevo nas três partes constituintes do ciclo. Nas considerações subsequentes apercebemo-nos de um centrar da atenção em questões que se prendem com o valor literário dos textos em estudo. António José Saraiva e Óscar Lopes fazem sobressair, por exemplo, um aspeto que não foi valorizado ou sequer notado nos estudos anteriores quando afirmam: «O interesse da tradução portuguesa está em que ela nos oferece o mais antigo texto português em prosa literária, embora não original.» (Saraiva e Lopes 1966: 90). Justificam esta afirmação pela referência a aspetos de caracterização da linguagem e do estilo dos próprios textos. Em termos de interpretação (ideológica, axiológica...) que os textos permitem, sublinham a «intenção religiosa da obra» e o facto de a tradução portuguesa de *A Demanda do Santo Graal* representar, «relativamente à moral cortês que inspira os cantares de amor, uma completa inversão de valores» (Saraiva e Lopes 1966: 91)²². Os autores concluem o seu estudo da Matéria de Bretanha por uma sucinta constatação da influência prolongada do ciclo do *Graal* em

²¹ Sobre as primeira e segunda partes limitam-se mesmo a dizer: «Não está ainda esclarecido em que condições foram traduzidas as duas primeiras partes da versão portuguesa do ciclo do *Graal*» (Saraiva e Lopes 1966: 89). Sobre a terceira parte apresentam como provada a sua elaboração a partir de um original do último quartel do século XIII, traduzido diretamente do francês. Identificam ainda o ciclo do *Graal* português como pertencente «à última fase das sucessivas versões da *matéria de Bretanha*» (Saraiva e Lopes 1966: 89).

²² Ainda sobre o simbolismo que lhe é inerente, consideram que «o romance tem um arcaboijo simbólico muito bem concatenado que exprime alegoricamente uma doutrina moral e religiosa, relacionada talvez com a heresia dos Espirituais, que anunciavam o advento de uma nova Igreja, a do Espírito (Santo).» (Saraiva e Lopes 1966: 91).

Portugal.²³ Não existem alterações profundas entre a edição de 1966 e a edição corrigida e atualizada em 1995.²⁴

3.6. História Crítica da Literatura Portuguesa [Idade Média] *de Aida Dias*

No volume da *História Crítica da Literatura Portuguesa* consagrado à Idade Média, Aida Dias agrupa as matérias por capítulos (dez no total) e inclui a Matéria de Bretanha no capítulo II – um capítulo com feição claramente introdutória que antecede aqueles em que surge o tratamento de um *corpus* textual constituinte da Literatura Portuguesa²⁵. Sobre a Matéria de Bretanha, chama a atenção para um conhecimento e uma divulgação que se processaram muito cedo em Portugal. Porém, a sua inserção neste capítulo não deixa dúvidas quanto ao modo como estes textos novelescos arturianos são perspetivados em termos de História Literária: textos com um reconhecido papel na formação literária e cultural do homem medievo português mas sem integrarem o *corpus* da sua literatura por constituírem (meras) cópias e versões.

Aida Dias começa por uma explicitação do que comumente se entende por Matéria de Bretanha. Fixa o aparecimento dos primeiros textos a esta referentes em França, no século XII, com Chrétien de Troyes. Procede a uma breve apresentação do conteúdo dos mesmos, centrados na enunciação das aventuras dos cavaleiros e

²³ Influência atestada, por exemplo, de cópias atualmente existentes dos séculos XV e XVI mostrando que «desde fins do século XIII até àquela época a obra não deixou de ser lida» (Saraiva e Lopes 1966: 91).

²⁴ Umas consistem apenas em pequenas alterações de vocabulário e/ou de sintaxe (ou até simplesmente de grafia com ou sem maiúscula, em itálico ou sem itálico de determinadas palavras) que não encerram qualquer mudança de significado; outras traduzem uma maior cautela no discurso e/ou um maior rigor e uma maior precisão numa informação que surge enriquecida na 17.^a edição, corrigida e atualizada, por beneficiar do contributo de novos dados aduzidos por investigações posteriores a 1966.

²⁵ Em nenhuma das Histórias da Literatura anteriores, por exemplo, a Matéria de Bretanha surge abordada num momento antecedente ao tratamento da Poesia Trovadoresca – conjunto de textos consensualmente considerados como marcos referenciais do início de uma literatura no nosso país. Como afirma a própria Aida Dias, este é um capítulo que se ocupa «da atividade intelectual, que se desenvolveu entre nós, desde os fins do século XIII até aos primeiros anos do século XV, no campo das letras». E o que ressalta é que «toda esta atividade [...] abrange a área do religioso e do profano» (Dias 1998: 69).

fortemente marcados pela inclusão do maravilhoso, do fantástico. Logo ao reportar-se ao conteúdo dos textos de Chrétien de Troyes, Aida Dias privilegia aspetos relativos a uma interpretação simbólica de elementos neles presentes como o *graal* e a *lança de fogo*²⁶ que sangra e que associa aos mitos celtas da abundância e da esterilidade dos campos «improdutivos por insuficiência dos governantes» (Dias 1998: 59). Considera serem os textos posteriores de Robert de Boron que «acentuarão a linha de espiritualidade e que farão da *Demanda* uma obra mística» (Dias 1998: 59). Refere a tese por muitos defendida do surgimento do Graal na Palestina e da sua divulgação nesse espaço pelos primeiros peregrinos que visitavam os Santos Lugares. Afirma a grande universalidade dos mitos criados em torno da existência dos vasos da abundância «que saciavam os homens, e que teriam sido associados ao Graal da última Ceia, fonte de vida eterna» (Dias 1998: 59)²⁷. Sublinha o contacto intenso, a partir da invasão da Bretanha pelos anglos e saxões, nos séculos V e VI, entre os bretões e os povos da Armórica (atual Bretanha francesa), bem como a difusão neste espaço, desde o século XI, do folclore celta e das aventuras arturianas através dos *lais* para explicar a mistura de temas, motivos e mitos celtas em textos franceses, quer de pendor nitidamente profano quer anunciando já uma linha de espiritualidade de cariz religioso²⁸.

Com o mesmo rigor e precisão que já encontramos em estudos anteriores, Aida Dias documenta o conhecimento entre nós da Matéria de Bretanha²⁹. Num registo de maior isenção, menos marcado pela

²⁶ Aida Dias refere que em romances posteriores, acentuando a linha de espiritualidade e misticismo cristãos, esta lança de fogo seria identificada com a lança de Longinos e curaria o Rei Pescador «incapacitado por uma lança vingadora que o punia por má governação» (Dias 1998: 59).

²⁷ Estes mitos, sujeitos a aproveitamentos e a transformações sucessivas, teriam conduzido, segundo Aida Dias, à cristianização. Em sua opinião também teria sido «com os primeiros cruzados (século XII) que o mito do Graal passou à Europa [...] entrando[...] no domínio da literatura» (Dias 1998: 60).

²⁸ Aida Dias considera no *Livro de José de Arimateia* o aproveitamento de elementos cristãos presentes em textos apócrifos como o *Evangelium Nicodemi* ou os *Acta Pilati*.

²⁹ Documentado: 1. por referências várias na poesia galego-portuguesa; 2. pela recolha no CBN de cinco *lais*, três dos quais sendo provavelmente uma tradução direta do francês; 3. pela referência, no Título II do Livro de Linhagens de D. Pedro à *Historia Regum Britaniae* e ao *Merlim* como textos que teriam servido de fonte; 4. pelas referências de Fernão Lopes à atribuição pelo Infante D. João do nome *Besta* a um dos seus cães e à evocação dos protagonistas da Távola Redonda por parte dos homens de D. João I num diferendo com o monarca; 5. pela indicação, na *Crónica do Condestabre*,

subjetividade inerente a juízos de valor ou opiniões pessoais, Aida Dias detém-se na questão: «Quando é que os textos entraram em Portugal?» (Dias 1998: 62). Não apresenta resposta(s) definitiva(s). Apenas aceita como bastante plausível a hipótese (aventada por muitos estudiosos) de entrada dos textos da Bretanha no nosso país aquando do regresso de D. Afonso III, em 1245, vindo de França – país no qual só muito improvavelmente não teria tido qualquer conhecimento dos mesmos. Acrescenta também como hipótese mais plausível a entrada em Portugal dos textos do Ciclo da Post-Vulgata, cuja versão integral do texto considera provada. Refere o *Livro de José de Arimateia*, o *Merlim* e *A Demanda do Santo Graal* como os textos constituintes da trilogia do Ciclo da Post-Vulgata em Portugal, respetivamente documentados numa cópia do século XVI, em fragmentos descobertos na Biblioteca da Catalunha dos inícios do século XIV e num manuscrito do século XV, hoje arquivado na Biblioteca Nacional de Viena. Acrescenta a esta trilogia «outro romance de cavalaria, a *Estoria de muy noble Vespesiano*, ou a *Destruçam de Jerusalém*, impressa em Lisboa por Valentim Fernandes, em 1496, e cujo manuscrito original se desconhece.» (Dias 1998: 63). Detendo-se no texto de *A Demanda do Santo Graal*, sublinha a marca da religiosidade no texto português e a associação de Galaaz a Cristo. A partir deste momento, Aida Dias centrará, portanto, a sua atenção em aspetos da hermenêutica do texto ou da interpretação simbólica que este suscita ou permite. Procura, por exemplo, uma resposta à questão «Mas o que é o Graal? O que se guarda nele?». E, considerando que, no texto da *Demanda*, o Graal «é um vaso que guarda em si um alimento precioso, alimento que sacia os homens espiritual e fisicamente». (Dias 1998: 66), não deixa de sugerir uma interpretação simbólica:

[...] o Graal, associado à celebração eucarística, à comunhão, que é alimento espiritual e físico, apresenta-se como uma cristianização dos mitos da fecundidade, daqueles vasos portadores de alimentos que nunca se esgotam e que são tão característicos da civilização celta. (Dias 1998: 67).

de que D. Nuno Álvares Pereira pretendia imitar o cavaleiro Galaaz; 6. pela existência na Biblioteca de D. Duarte de um exemplar do *Galaaz*, outro do *Merlim* e outro do *Tristão*; 7. pelo batismo de grande número de portugueses com o nome de personagens arturianas.

O texto é sempre (ou privilegiadamente) perspetivado enquanto entidade semiótica. Continuando na linha de uma interpretação simbólica de elementos ou personagens do texto, Aida Dias, reportando-se aos protagonistas da *Demanda*, entende «uma humildade nesta confraria de cavaleiros, unidos pelos ideais de Cavalaria, mas de uma Cavalaria ideal, digamos mesmo utópica, que levaria a um reino de paz e de progresso» (Dias 1998: 68). Sobre o significado a atribuir ao sentimento de pertença à Távola Redonda, é de opinião que esta «implica para os seus membros, enquanto cavaleiros terrenos, a honra, a fama, a glória; e, numa linha de espiritualização, a graça e a glória de Deus, que nem todos usufruirão» e acrescenta que «nem todos estes cavaleiros levarão a cabo a demanda, porque ainda muito terrenos» (Dias 1998: 68). Adianta também uma explicitação do simbolismo da lança que «gotejava» sangue associado ao vaso que o recolhia como «presenças divinas na terra, que parece não esperavam senão pela sua chegada, para que por ele o velho rei fosse curado» (Dias 1998: 69) e faz notar, sublinhando a linha de espiritualidade mais acentuada no ciclo da Post-Vulgata relativamente à Vulgata (e, portanto, também nos textos portugueses que constituem tradução da primeira), que os «doze eleitos da Távola Redonda» são «tantos quantos os Discípulos» e, em Corberic, «puderam contemplar o Santo Graal agora descoberto – e não velado como o viram em Camelot – e comungar da mão de Cristo» (Dias 1998: 69). O próprio estudo que Aida Dias escolhe para figurar no conjunto de textos críticos que seleciona para ilustração desta matéria mostra a atenção privilegiada que dedica aos aspetos de interpretação simbólica dos textos – O mito do Graal de Pierre David³⁰.

4. Da arte de narrar em *A Demanda do Santo Graal*

Faremos incidir a reflexão do presente ponto na qualidade literária e numa vertente estética que a leitura de *A Demanda do Santo Graal* fez sobressair na novelística medieva relativa à matéria de que nos ocupamos. Começamos por destacar uma técnica (*estratégia*) narrativa que visa a um tempo orientar o leitor no seguimento das

³⁰ Pierre David, *Sentiers dans la forêt du Graal*, sep. do *Boletim do Instituto de Estudos Franceses*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1941-1943, vs II-III, pp. 119-124 [Tradução de Aida Fernandes Dias].

ações ou peripécias sucessivas da trama e aproximar narrador e narratário, tornando o último no ouvinte que assiduamente se interpela num convite implícito a um escutar atento da história. Referimo-nos a expressões como «Ora leixa o conto a falar deles ambos e torna a Erec por devisar qual aventura o matou Galvam a aquela saçom.», «Mais ora leixa o conto a falar do rei Peles e de seu filho e torna a Galaaz.», «Mas ora leixa o conto de falar deles e torna a Galaaz.» ou «Mas ora leixa o conto a falar dele e torna a Galaaz e Estor e Meraugis.» (Nunes 1995: 245, 299, 310 e 381) que, surgindo com alguma recorrência na narração, estabelecem a ligação de capítulo para capítulo, anunciando a matéria de um novo capítulo ou criando nesse *leitor-ouvinte* o suspense que aguça a curiosidade para o que irá narrar-se de seguida. Além desta coloquialidade discursiva, sublinhamos o realismo e o visualismo descritivos de um texto que a cada passo nos surpreende pelo uso expressivo de adjetivos, interjeições ou (mais frequentemente) advérbios de modo. Já a vivacidade e o dinamismo de um texto cujo ritmo narrativo é privilegiadamente rápido requer outra categoria morfológica de palavras – o(s) verbo(s) (de ação) – aparecendo em frases marcadas pela sucessão de copulativas.

Mas a leitura de *A Demanda do Santo Graal* – um texto cuja ação se anunciava logo no início centrada num projeto de cavaleiros que exigia a exclusão de figuras femininas ao lado dos seus protagonistas – surpreendeu-nos também pelo dramatismo e beleza lírica de alguns dos seus episódios. Vejam-se os capítulos descritivos do turbilhão de sentimentos vivenciados pela filha do rei Brutos, dividida entre a razão que aconselhava prudência e recato e os apelos do amor e do desejo até então desconhecidos. A intensidade e o patético da cena em que a donzela opta por pôr termo à vida perante a recusa de Galaaz (já pronto a ceder) são expressivamente sugeridos num capítulo intitulado *Como a donzela se matou por Galaaz*. Outras figuras femininas acabariam por sobressair no romance mas o destaque mais evidenciado recai na personagem do cavaleiro, protagonista da demanda iniciada no dia de Pentecostes quando se encontravam reunidos na Távola Redonda os cento e cinquenta homens de armas do rei Artur. Nobreza de coração e caráter, coragem e bravura militar, o gosto e o espírito da aventura, lealdade e generosidade fazem parte de um sistema de valores do cavaleiro a quem é exigido, igualmente, o dever de servir o seu *senhor*, toda a dama ou donzela requerendo o

seu auxílio. Encontramo-lo em *A Demanda do Santo Graal* – romance que assim se inclui numa linha de valorização da Ordem da Cavalaria. A obediência e/ou a derrogação desse código cavaleiresco pauta o comportamento de alguns dos seus personagens principais em episódios sucessivos. No primeiro caso, relevamos (entre outras passagens que poderiam ser mencionadas) a referência às cerimónias de investidura de Galaaz como cavaleiro por seu pai, Lançarote do Lago, e posteriormente de Melias pelo primeiro; a organização do *trebelho* por mando de Artur no campo de Camalot; o momento em que Galaaz é obrigado a *justar* com Galvão e logo depois com Boorz porque este último tomara a seu cargo, como lhe competia por ofício de cavalaria, o dever de vingar a honra do sobrinho de Artur, seu companheiro na demanda do Graal; o discurso de Tristão denominando-se a si mesmo de «cativo e astroso» e considerando que «já mais nom haveria honra e que nom na devia de *haver*, como aquele que era perjurado e desleal contra os da Mesa Redonda» (Nunes 1995: 88), por haver ferido um companheiro, Dondignax, num exame de consciência que deixa perceber a fidelidade da personagem ao código de cavalaria imposto pela sua condição; o dilema de Boorz de Gaunes vendo-se obrigado a atender a seu irmão Lionel (preso por dois *cavaleiros desleaes* que intentavam matá-lo) e uma donzela desconhecida que clamava por seu auxílio, decidindo-se em favor da última; a reação de Artur que, embora amando «a raia tam desmisuradamente que nom podia mais» (Nunes 1995: 462), opta por tomar vingança desta e de Lançarote pela desonra a que a traição de ambos o sujeitara, em cumprimento dos preceitos ou princípios de um código que, de igual modo, se impunha a reis, príncipes ou nobres e por todos similarmente era respeitado. No segundo caso, destacamos Galvão, sobrinho de Artur, cujo desrespeito a uma ética cavaleiresca se manifesta por uma conduta de deslealdade, traição ou má fé em relação aos seus companheiros da Távola Redonda e encontra particular expressão na morte de Ivam de Cenel, de Patrides, do rei Bandemaguz e de Erec; Mordered, irmão do primeiro, que vilmente força uma donzela e com a maior crueza a assassina perante o rei Bandemaguz que acorrera em auxílio desta, em cumprimento do ofício de cavaleiro que o outro desrespeitara; também Lançarote que, por amor à rainha Genevra, se sente «traedor e desleal contra el-rei Artur, cujo vassalo era», embora sempre lhe houvesse feito «mais de honra ca nenhuu homem» – consciente do princípio de cavalaria que

exige fidelidade do cavaleiro a seu senhor –, e por esta traição veria vedada a contemplação do Santo Graal no Paço Aventuroso apenas reservada a doze «cavaleiros compridos de fé e de crença, escolheitos sobre todos os outros cavaleiros pecadores» (Nunes 1995: 436). Uma ética de honra (cavaleiresca) – conscientemente assumida e valorizada por uns e desrespeitada por outros – subjaz aos diferentes momentos ou episódios enunciados. Estas e demais personagens haveriam de adquirir feição ou dimensão exemplar instituindo-se como modelo de conduta da principal aristocracia e nobreza da época. O caso mais paradigmático será porventura o de D. Nuno Álvares Pereira que terá adoptado Galaaz como modelo de conduta militar irrepreensível e intentando, inclusive, a imitação da virgindade do cavaleiro eleito, filho de Lançarote do Lago. Tal facto será significativo de uma forte adesão de um público-leitor(-ouvinte) ao texto de *A Demanda do Santo Graal* a que não será alheia uma arte de narrar que, cremos, não terá sido devidamente notada/valorizada até ao momento. Facto tanto mais de lamentar quanto consideramos ter tido uma projecção (literária) que não ficará restrita a Fernão Lopes ou aos romances de mistério e suspense (como fez notar Mário Martins) mas se estenderá, por exemplo, até à ductilidade e coloquialidade de uma prosa moderna garrettiana nas *Viagens na Minha Terra* e marcando, inclusive, presença em alguma narrativa portuguesa contemporânea.

5. Conclusão

Os diferentes volumes e edições das obras consultadas – de Teófilo Braga a Aida Dias – possibilitaram-nos uma visão suficientemente alargada do tratamento da Matéria de Bretanha pela História Literária em Portugal de finais do século XIX até às últimas décadas do século XX, relevando, de imediato, a sua arrumação consensual, em termos de periodização literária, num tempo de vigência do Lirismo Trovadoresco e a referência ao ano de 1245 como marco de um conhecimento inicial na Península Hispânica dos textos arturianos³¹. Fizeram sobressair também a lateralidade da Matéria de Bretanha relativamente a outras matérias de um mesmo período

³¹ A única exceção é Teófilo Braga, que situa os textos de matéria bretã em prosa no Período dos Poetas Palacianos.

literário ou época histórica que viriam a fazer parte do cânone, com particular evidência em Costa Pimpão que, no âmbito da *Prosa de Ficção* Medieval, dedica um capítulo inteiro ao *Amadís de Gaula*, no qual a Matéria de Bretanha é apenas pontual e sumariamente referida. Permitiram-nos aferir uma evolução no tratamento da Matéria de Bretanha traduzida numa mais acentuada erudição e pormenorização, nas Histórias de Literatura Portuguesa mais antigas, em torno de coordenadas históricas e sociais que rodeiam os textos sem que o seu valor literário, intrínseco seja privilegiado ou sequer notado (sobrepondo o contexto ao texto) e uma maior atenção, nas Histórias de Literatura Portuguesa mais recentes, a aspetos relativos à hermenêutica dos textos. Tais obras tornaram igualmente notório o pouco relevo atribuído às propriedades literárias dos textos centrados na narração das aventuras de Artur e dos seus cavaleiros no reino de Logres, já que por norma se privilegiam aspetos de conteúdo e se menoriza ou esquece uma análise mais incidente em aspetos estilísticos e de linguagem expressiva dos mesmos. A esta vertente estética justamente aludimos num último momento por pretendermos sublinhar um aspeto que cremos merecedor de um olhar atento e/ou convidativo de uma investigação mais aprofundada (que já não coube realizar no presente estudo), fazendo justiça à qualidade literária dos textos em estudo e evidenciando uma *arte de narrar* com projeção, não só em relatos ou discursos que imediatamente se lhes seguiram – como as Crónicas de Fernão Lopes – mas também numa prosa romanesca que se prolongaria no tempo e encontra ainda expressão em alguma narrativa contemporânea...

Bibliografia

- Almeida (1999): Ana Cristina Almeida, “Merlim” in *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, v.3, pp. 717-720.
- Braga (1984): Teófilo Braga, *História da Literatura Portuguesa – Idade Média*, Porto, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, v.1.
- Cardoso e Rodrigues (1997): José Augusto Cardoso e Selma Calasans, “História Literária” in *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, v. 2, pp. 1024-1049.

- Castro (1993): Ivo de Castro, “Matéria de Bretanha” in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, pp. 445-450 [Organização e coordenação de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani];
- (1984): *O Livro de José de Arimateia*, Lisboa;
 - (1976/1979): “Quando foi copiado o ‘Livro de José de Arimateia’?”, in *Boletim de Filologia*, Lisboa, t. XXV, pp. 173-183;
 - (1983): “Sobre a data da introdução na Península Ibérica do ciclo arturiano da Post-Vulgata” in *Boletim de Filologia*, t. XXVIII, pp. 81-98.
- Dias (1998): Aida Dias, *História Crítica da Literatura Portuguesa [Idade Média]*, Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, v.1.
- Figueiredo (1999): Albano Figueiredo, “Livro de José de Arimateia” in *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, v. 3, pp. 189-192.
- Lapa (1934): Rodrigues Lapa, *Lições de Literatura Portuguesa – Época Medieval*, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos;
- (1977): *Lições de Literatura Portuguesa – Época Medieval*, 9.^a ed., Coimbra, Coimbra Editora.
- Llull (1992): Ramon Llull, *Livro da Ordem de Cavalaria*, Lisboa, Assírio & Alvim [Tradução portuguesa de Artur Guerra].
- Machado (1997): Ana Maria Silva, “Demand(A) do Santo Graal” in *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, v. 2, pp 30-33.
- Martins (1977): Mário Martins, “Frases de orientação nos romances arturianos e em Fernão Lopes” in *Itinerarium*, ano XXIII, n.º 95, pp. 3-24.
- Nascimento (1984): Aires Nascimento, “Hábitos tabeliônicos num manuscrito literário – *O Livro de José de Arimateia*” in *Boletim de Filologia*, Lisboa, t. XXIX, pp. 119-127.
- Nunes (1995): Irene Freire Nunes (ed.), *A Demanda do Santo Graal*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Pimpão (1947): Álvaro Júlio da Costa Pimpão, *História da Literatura Portuguesa – sécs XII a XV*, Coimbra, Edições Quadrante, v.1;

- (1959): *História da Literatura Portuguesa – Idade Média*, 2.^a ed., Atlântida, v.1.

Remédios (1921): Mendes dos Remédios, *História da Literatura Portuguesa*, 5.^a ed., Porto, Lumen – Empresa Internacional Editora.

Saraiva e Lopes (1996): António José Saraiva e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, 5.^a ed., Porto, Porto Editora;

- 1995: *História da Literatura Portuguesa*, 17.^a ed., Porto, Porto Editora.